

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata-se de solicitação para **inscrição dos servidores ANDRÉA DE MENDONÇA SOARES, matrícula nº 02/4810, JEFERSON LUIS TERROSO CORRÊA, matrícula nº 02/4315, MAIARA MARIA JULIO PINTO AYRES, matrícula nº 02/4794, FABIO VASCONCELOS FERNANDES, matrícula nº 02/4251, MARCELO REZENDE STREVA, matrícula nº 02/4874 e FREDERICO LAVOURINHA FELIX, matrícula nº 02/4384**, lotados na CAR, CAD-RECEITA, CAA-GESTÃO, 3ª CAP, 1ª CAP E SUB-SEGURIDADE, respectivamente, para participarem do evento **“3º CONGRESSO NACIONAL DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, com carga horária de 18 horas/aula, promovido pelo **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA. - IDGP**, com apoio do **Instituto Rui Barbosa** e da **ATRICON**, na forma presencial, que será realizado no **período de 17 a 19 de abril/2024**, na cidade de Curitiba - PR, tal como disposto na SIE GAP0108/2024 de peça nº 8.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a CLC, em sua instrução datada de 01.04.24, considerou que:

✓ A contratação tem respaldo no caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, **“Inexigibilidade de Licitação”**, face à inviabilidade de competição;

✓ O custo total das inscrições é de **R\$13.740,000 (treze mil, setecentos e quarenta reais)**, conforme publicação na internet<sup>1</sup> e proposta comercial encaminhada pela Instituição (peça nº 5), considerado o desconto ofertado pela Instituição;

✓ A publicação do valor do serviço que integra o objeto desta contratação no portal da empresa na internet caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, estando, portanto, **justificado o preço ofertado** para esta

---

<sup>1</sup> <https://cncap.com.br/>

contratação, em consonância com o disposto no inciso VII do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21 (peça nº 2);

✓ A **empresa possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peças nºs 2 e 3), devendo as certidões serem revalidadas em momento oportuno;

✓ Encaminhado a SIE CLC0062/2024 à SUBENG para adoção das medidas necessárias visando à emissão de passagens aéreas e diárias, tendo em vista que a atividade será realizada fora do Estado do Rio de Janeiro (peça nº 7);

Nos termos do artigo 72, inciso III, c/c art. 53, § 4º ambos da Lei Federal nº 14.133/21, a douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT** examinou o presente, em 02.04.2024, e **opinou pela aprovação da contratação direta**, conforme excerto abaixo:

“(…)

*Inicialmente, nota-se que **a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea “f” e § 3º, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.***

*Outrossim, consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei nº 14.133/21. Por fim, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.*

*Dessa forma, **não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídico formal no procedimento em tela, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21.***” (grifei)



À vista do exposto, considerando o informado pela CLC na peça nº. 1, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria Geral deste Tribunal, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor da favorecida e posteriormente à CGA.

**Alexandre Tenorio Rocha**  
Assessor  
Matrícula 02/3839



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução  
Orçamentária – CPG,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria, **com a urgência que o caso requer**, para a emissão de nota de empenho, à conta do exercício financeiro em curso, do seguinte fornecedor e respectivo valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço Global R\$
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA. - IDGP	27.662.256/0001-10	13.740,00

Posteriormente, solicitamos o envio à **CGA**, **recomendendo que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação**, e demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade das Notas de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão das referidas notas de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265**